

Conselho Deliberativo:

É o colegiado responsável por estabelecer as diretrizes, normas e procedimentos gerais da Previbayer. Dentre as principais atribuições do Conselho Deliberativo compreendem as deliberações sobre os planos de benefícios, alterações estatutárias e regulamentares, aplicação do patrimônio, bem como aplicação do plano de custeio, das políticas de Investimentos, do relatório anual, das demonstrações contábeis e a nomeação e exoneração dos membros da Diretoria Executiva.

Além do controle e orientação administrativa da Previbayer, compete ao Conselho Deliberativo deliberar sobre as seguintes matérias:

- Nomeação e exoneração dos membros da Diretoria Executiva;
- Aprovação da avaliação atuarial e dos planos de custeio dos planos administrados pela Sociedade;
- Definição da política de investimentos;
- Aquisição e alienação de bens imóveis;
- Demonstrações contábeis, após a apreciação dos auditores independentes;
- Admissão e retirada de Patrocinadoras e Instituidores, sujeita à aprovação da autoridade competente, observada a legislação vigente;
- Alteração do Estatuto, sujeita à aprovação da autoridade competente;
- Alteração dos Regulamentos dos planos administrados pela Sociedade e implementação de plano, sujeita à aprovação da autoridade competente;
- Aprovação de eventual indicação de pessoa jurídica para administrar os investimentos da Sociedade, bem como sua dispensa ou substituição, por qualquer razão;
- Aprovação de operações de fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra forma de reorganização societária, relativas à Sociedade, desde que aprovadas pela autoridade pública competente;
- Aprovação de transferência de patrocínio, de grupo de Participantes, de planos de benefícios e de reservas entre esta Sociedade e outras entidades de previdência complementar;
- Aprovação de instituição, suspensão ou extinção de programas de empréstimos e financiamentos aos Participantes e/ou beneficiários, bem como de seus respectivos regulamentos e de suas alterações;
- Aprovação da contratação, da dispensa ou substituição do agente custodiante ou consolidador das informações de custódia;
- Aprovação da instituição/criação de outros planos de natureza

previdenciária;

- Aprovação dos atos normativos e regimentos internos, incluindo o Regimento Eleitoral;
- Providências a serem adotadas em função das recomendações e manifestações do Conselho Fiscal previstos no relatório de controles internos;